

MUITO ALÉM DA CONSPIRAÇÃO: UMA REAVALIAÇÃO CRÍTICA DA OBRA DE RENÉ DREIFUSS¹

Demian Bezerra de Melo²
Rejane Carolina Hoeveler³

Resumo: O propósito deste artigo é discutir a obra do cientista político René Armand Dreifuss, esquadrihando alguns dos seus principais conceitos de modo a poder emitir um juízo sobre as principais objeções que tem sido feitas às suas teses ao longo dos anos. Para isto consideraremos basicamente dois de seus livros mais influentes, *1964 – a conquista do Estado* (1981) e *A Internacional Capitalista* (1986).

Palavras-chave: René Armand Dreifuss; golpe de 1964; ditadura empresarial-militar

FAR BEYOND THE CONSPIRACY: A CRITICAL REASSESSMENT OF THE WORK OF RENÉ DREIFUSS

Abstract: The purpose of this article is to discuss the work of the political scientist René Armand Dreifuss, scanning some of its key concepts to make a judgment about the main objections that have been made to their theses over the years. For this we consider basically two of his most influential books, *1964 – a conquista do Estado* (1981) and *A Internacional Capitalista* (1986).

Keywords: René Armand Dreifuss; 1964 coup; entrepreneurial-militar dictatorship

Introdução

A pesquisa seminal do cientista político uruguaio René Dreifuss sobre o golpe de 1964 tornou-se uma das mais influentes no Brasil logo após a publicação, em 1981 com o título de *1964 – a conquista do Estado*, que, em suas 814 páginas, trazia quase a metade de documentos inéditos.⁴ Versão em português de sua tese de PhD na Universidade de Glasgow, *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965*, o livro de Dreifuss defendia que a coalizão vitoriosa em 1964, articulada em torno ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organizava os interesses sócio-políticos do capital multinacional e associado – implantado fortemente já durante os anos Juscelino Kubitschek (1956-1960) no ramo da

¹ Este artigo é fruto de um esforço coletivo de estudo realizado pelo Coletivo Mais Verdade, do Rio de Janeiro, que reúne pesquisadores de diversas áreas, interessados na investigação dos Grandes Grupos Econômicos brasileiros do período da Ditadura de 1964 até os dias atuais, e também de pesquisa em andamento para a dissertação de mestrado de Rejane Carolina Hoeveler.

² Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: demian_pesquisa@yahoo.com.br

³ Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense e bolsista da CAPES. E-mail: rejanecarol@gmail.com

⁴ A edição mais recente, de 2006, é a sexta.

indústria de bens duráveis – e, após se instalar no poder em 1964, teria conformado aquilo que o autor denominou de “ordem empresarial” (“*entrepreneurial order*”).

Dreifuss é reconhecidamente um autor fundador, no Brasil, dos chamados estudos estratégicos, estando no centro da fundação tanto do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense como do Instituto de Estudos Estratégicos da Unicamp.⁵ Como é sabido, a sua mencionada tese foi elaborada entre 1976 e 1980 com base em farta documentação do IPES, hoje acessível ao público em geral no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, nos fundos “IPES” e “Paulo Assis Ribeiro”, constituindo o principal corpus documental de *1964, A conquista do Estado* (doravante, *1964*). Para compreender a sua tese é necessário dominar alguns conceitos teóricos que, aliás, como veremos, é o que boa parte da literatura que critica as teses de Dreifuss não faz.

O propósito desse artigo é discutir a obra de René Armand Dreifuss, esquadrihando alguns dos seus principais conceitos de modo a poder emitir um juízo sobre as principais objeções que tem sido feitas às suas teses ao longo dos últimos anos. Para isto consideraremos basicamente dois de seus livros mais influentes, *1964 – a conquista do Estado* (1981) e *A Internacional Capitalista* (1986). Atentamos que o artigo não pretende analisar a trajetória do autor, nem a sua obra de conjunto, que abrange diversos outros títulos.⁶

Na primeira parte, nos concentraremos na exposição de como Dreifuss maneja os conceitos gramscianos de “elite orgânica”, “bloco histórico”, “crise orgânica”, “transformismo” e “sociedade civil”; e também como cunha as noções, mais descritivas e portanto menos profundas do ponto de vista teórico, de “capital (ou bloco) multinacional-associado” e golpe e ditadura “civil-militar” ou “empresarial-militar”, avaliando criticamente sua originalidade heurística, e portanto sua capacidade de iluminar os processos históricos analisados, mas também procurando observar possíveis fragilidades teóricas no modo como ambos conceitos são manejados pelo autor. Nesse ínterim, também será necessário rastrear algumas das principais referências teóricas que estão nas origens desses conceitos.

⁵ Em 2006, o NEE-Unicamp produziu um dossiê Dreifuss, que compôs o primeiro número da revista e-premissas (revista de estudos estratégicos), com contribuições de diversos autores. *E-premissas*, n° 01 – junho/ dezembro – 2006 (disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/01.htm>).

⁶ Sobre a trajetória de Dreifuss, falecido prematuramente aos 58 anos em 2003 (Cf. FIGUEIREDO, 2003). Depois de *1964, a Conquista do Estado* e *A Internacional Capitalista*, Dreifuss publicou ainda *O jogo da direita na Nova República* (1989), *A época das perplexidades* (1996), *Política, poder, Estado e força* e *Transformações: matrizes do século XXI* (2004), além de inúmeros artigos.

Na segunda parte, pretendemos discutir algumas das críticas normalmente dirigidas às interpretações de Dreifuss, em especial a crítica de que o autor estaria preso a uma espécie de “visão conspiracionista”, mapeando alguns dos autores que criticaram suas teses de um ponto de vista contrário ao marxismo. E na terceira e última parte, teceremos algumas palavras sobre a diferença entre conspiração e conspiracionismo, e as perspectivas para a continuidade da agenda de pesquisa lançada pela obra de Dreifuss.

1. Os conceitos-chave de René Dreifuss e suas origens teóricas

O trabalho de Dreifuss está estruturado na arquitetura conceitual gramsciana, além de ter forte referência nas principais contribuições da teoria política marxista sobre o Estado capitalista dos anos 1970, especialmente a dos os politólogos europeus Nicos Poulantzas e Ralph Miliband. Procuraremos nesta parte investigar tanto as origens teóricas de alguns dos principais conceitos de Dreifuss quanto a forma como este autor os manejou para entender o contexto e o significado do golpe de 1964, e algumas dinâmicas internacionais do capitalismo contemporâneo.

1.1. Sociedade civil, bloco histórico, transformismo, crise orgânica

Em primeiro lugar, ao contrário da vulgata liberal, Dreifuss não considera a relação Estado/sociedade como de uma oposição metafísica, como se tratassem de coisas de natureza distinta.⁷ Desse modo, o conceito de sociedade civil não figura como um espaço da liberdade, mas como um campo de lutas pela hegemonia onde se articulam interesses privados de natureza classista, como é o caso do próprio IPES e das entidades transnacionais analisadas em *A Internacional Capitalista* (que discutiremos a seguir). Trata-se de um uso muito mais adequado do ponto de vista do léxico gramsciano, especialmente se compararmos com a lavra de notórios comentadores da

⁷ Foge ao escopo desse artigo tecer maiores considerações sobre a relação Estado/sociedade no pensamento liberal, sendo necessário no entanto observar que, em sua matriz originária, tal leitura concebe a existência de indivíduos previamente existentes à instituição da sociedade, que, como forma de proteger sua liberdade e sua propriedade, hipoteticamente engendrariam um contrato onde abririam mão de sua soberania individual para um Estado (criado neste ato). Tanto na versão hobbesiana quanto na lockeana, tal contrato erigiria, ao mesmo tempo, a própria sociedade civil, entendida então como de natureza distinta do Estado. Por sua vez, na lavra de Hegel, a noção de sociedade civil, até pelo sentido no vernáculo alemão (*bürgerliche Gesellschaft*) seria o espaço intermediário do predomínio dos interesses privados entre a família e o Estado, sendo este último o ente capaz de evitar que a liberdade fosse posta em perigo pela busca egoísta dos próprios interesses (Cf. WOOD, 2003: 205-225).

obra do marxista sardo.⁸ Como aponta a historiadora Virgínia Fontes, enquanto na leitura canônica de Carlos Nelson Coutinho (1979), por exemplo, feita nas condições políticas do enfrentamento à ditadura militar, o conceito de sociedade civil aparece “referido, de modo quase exclusivo, às formas de organização popular, deixando em segundo plano as modalidades organizativas dos grupos dominantes”, em *1964 – a conquista do Estado* Dreifuss investiga as diversas articulações de associações empresariais na formulação e promoção de seus interesses de classe (FONTES, 2005: 217-218)⁹.

Mas há também extenso uso de outras categorias gramscianas nos trabalhos do cientista político uruguaio, como é o caso do bloco histórico, que Dreifuss maneja tanto para caracterizar o arranjo político-classista que engendrou o populismo – entendido em sua obra a partir das reflexões clássicas de Weffort (1978) e Ianni (1968; 1975) – como para pensar o que denomina de *novo bloco histórico*, emergente a partir das já mencionadas transformações estruturais na economia brasileira em meados dos anos 1950. Dreifuss identifica dois momentos da ação deste *novo bloco histórico*: o do “transformismo molecular” e o “transformismo”¹⁰ ou preparação para o golpe de Estado.

Durante o primeiro momento, entre 1948 e 1961, a ação dos intelectuais orgânicos do capital multinacional e associado (que ele denomina de “tecnopresários”, ou, como veremos mais à frente de “elite orgânica”) teria se dado fundamentalmente no interior dos marcos institucionais do regime populista, conformando aquilo que alguns autores qualificaram de “administração paralela”, essencialmente um dispositivo de parte da burocracia do Estado que não se pautava

⁸ Como têm anotado recentemente alguns dos mais instigantes escafandristas de Gramsci, autores como Norberto Bobbio popularizaram tal leitura positivadora da sociedade civil, mais afeita à formulação de Alexis de Tocqueville (Cf. LIGUORI, 2007: 39-57; BIANCHI, 2008: 179).

⁹ Nas palavras de Caio Navarro de Toledo, “No debate ideológico recente, tem-se concebido a *sociedade civil* como um espaço privilegiado e virtuoso; por excelência, seria ela a portadora de valores *progressistas* e de ideais *libertadores* e *democráticos*. O golpe de 1964 em nada comprovou esta tese, de fundo liberal, que hoje tem ampla acolhida, inclusive nos setores da chamada “esquerda democrática”. (TOLEDO 2006:129)

¹⁰ Observe-se a forma como Dreifuss maneja o instrumental gramsciano, em especial nas categorias de “bloco histórico” e “transformismo”. Em Gramsci o “novo bloco histórico” é o resultado da ação da Frente Única do operariado com as demais forças populares, que no caso italiano seria especialmente o campesinato. Seria, assim, idêntico a formação social socialista. Já o “transformismo” está ligado à análise de Gramsci do processo *termidoriano* ocorrido no Partido da Ação no contexto histórico do *Risorgimento*. O “transformismo molecular” fala da conversão individual de membros do Partido da Ação ao Partido Moderado, enquanto o “transformismo” fala da conversão do Partido da Ação ao projeto social dos moderados. “O chamado ‘transformismo’ é tão-somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido da Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado.” (GRAMSCI, CC 5, 2007: 93).

pelas disputas político-partidárias. Neste período, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista. A política desenvolvimentista do governo JK teria favorecido a conformação dos interesses deste “novo bloco histórico”, que até a crise de agosto de 1961 age conforme as “regras do jogo”. Para atuar junto ao regime são formados os “anéis burocráticos-empresariais, escritórios técnicos e centros burocráticos e militares de doutrinação e disseminação ideológica”, que agiam “sem quebrar o sistema e o regime populista” (DREIFUSS, 1981: 106).

Essa fase do “transformismo molecular” teria finalizado com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Dreifuss demonstra que a ascensão de Jânio nas eleições presidenciais de 1960 foi percebida como uma vitória dos interesses do capital multinacional e associado,¹¹ e sua renúncia fizera soar o “sinal de alarme” das classes dominantes. Mais ainda, a tentativa fracassada de golpe em 1961 para impedir a ascensão do executivo reformista de Goulart, e mais ainda depois da vitória do presidencialismo no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, demonstrava a esta fração do capital multinacional e associado que não era mais possível conviver com as “regras do jogo”. Era necessário “conquistar o Estado” e, para isto, este novo bloco de poder parte para o “assalto ao poder”.

Como forma de caracterizar a situação política do Brasil naquele contexto turbulento que foi o governo Goulart, Dreifuss lança mão ainda do conceito gramsciano de crise orgânica, uma situação histórica onde os partidos tradicionais “não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe” (GRAMSCI, CC3, 2007: 60). Como assinala Gramsci, em tais contextos, instituições da burocracia estatal como as Forças Armadas, mas também associações privadas, a Igreja, a imprensa etc. ganham maior autonomia e passam a interferir de forma mais contundente na cena política; e finalmente “abre-se o campo às soluções de força” (Idem: 60). O conflito de classes, entre os dois campos opostos – por sinal muito heterogêneos; a capacidade ou não de algumas das classes fundamentais em impor seu projeto de dominação; todos esses fatores combinam-se na determinação desta situação como “catastrófica” (Idem: 76). Dreifuss entende que as crises orgânicas também envolvem as debilidades oriundas dos setores subalternos, que, no caso específico do Brasil do início dos anos 1960, vinham passando por um período de muita agitação e de ampliação de sua organicidade, mas não estiveram preparados para o nível político-militar do enfrentamento. Como

¹¹ Ou seja, muito mais do que a vitória da UDN.

escreveu o autor em seu posfácio ao livro de Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64* (MORAES, 1989):

A direita ganhou, porque soube desenvolver um conjunto de campanhas políticas (e tinha acumulado os meios para tanto) no contexto de um *projeto estratégico* viável de desestabilização do governo Goulart e de contenção das esquerdas, desorganizadas e despreparadas para o nível da luta que teriam a enfrentar. (DREIFUSS, 1989: 367. Grifo no original)

1.2. Capital multinacional-associado

O termo “multinacional-associado” é cunhado por Dreifuss para descrever uma fração específica do capital que resulta do processo de associação entre capitais de origem forânea com capitais nativos, que se desenvolveu com ritmos diversos a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o modelo da corporação americana se difunde pelo mundo, com a hegemonia dos EUA. Esse processo não é exclusivo do Brasil, mas aqui adquire características particulares devido às condições estruturais aqui encontradas, por exemplo, a existência de alguns setores industriais fundamentais. (Em outros países da América Latina, mais atrasados do ponto de vista econômico e que não ofereciam as condições prévias para a implantação da acumulação multinacional-associada, não se verificou esse processo).

Uma característica marcante do capital multinacional-associado é sua concentração no setor de bens de consumo duráveis – o chamado Departamento III da economia – como indústria automobilística, eletrodomésticos, etc., em suma daquilo que no vocabulário regulacionista é conhecido como eixo da acumulação fordista. Nota-se que parte considerável das empresas que aqui se instalam principalmente a partir dos anos 1950 se concentrava nesse setor.

O capital multinacional-associado teria sua expressão organizacional básica nas corporações multinacionais, implantadas de maneira complexa com as várias formações sociais nacionais. A ascendência do capital multinacional-associado, que consta basicamente no capítulo 2 de *1964*, baseia-se em três valiosas fontes. A primeira são os informes do *Report to the Subcommittee on Multinational Corporations*, do *Committee on Foreign Relations* do Senado dos EUA – relatório preparado por Richard Newfarmer e William F. Mueller para a famosa comissão criada em 1975 que investigou a atuação das multinacionais no Brasil e no México. A segunda fonte é o trabalho pioneiro de Maurício Vinhas de Queiroz, Luciano Martins e José Antonio de Queiroz, sobre “Grupos multibilionários, grupos bilionários nacionais e grupos bilionários

estrangeiros”, o primeiro mapeamento sistemático que engloba, dentre outros dados, origens, controle e abrangência das maiores empresas que atuavam no Brasil.¹² A terceira fonte importante é o *Research Memorandum of the Bureau of Intelligence and Research*, relatório encomendado pelo Departamento de Estado dos EUA e entregue em fevereiro de 1963.

As elaborações teóricas centrais de Dreifuss podem ser encontradas em duas matrizes: os conhecidos trabalhos dos marxistas norte-americanos Paul Baran e Paul Sweezy (SWEEZY, 1962; BARAN & SWEEZY, 1965) e os trabalhos dos brasileiros Theotônio dos Santos e Hebert de Souza, respectivamente em “The multinational corporation – cell of contemporary capitalism” e em “The internalization of capital”. (SANTOS, 1978; SOUZA, 1978), este último também um forte interlocutor intelectual do autor que colaborou com o IBASE.

O fato distintivo de nossa época, para Souza, seria que não são mais as “produções nacionais” as dominantes, tanto nos países desenvolvidos quanto nos atrasados; e sim o que o autor chama de “sistema do capital mundial” (SOUZA 1985:11). O “capital mundial” seria constituído por um novo sistema produtivo mundial, que encontra nas corporações multinacionais (CMNs) sua forma empresarial *par excellence*. A partir de uma base teórica poulantziana, demonstra a existência de uma fração da burguesia mundial correspondente a esta nova relação de produção em escala mundial, fração esta, em suas palavras, “capaz de atualizar estas potencialidades geradas no curso do desenvolvimento histórico do capitalismo”, refletindo não somente uma “evolução objetiva” do poder do capital mas também uma ‘evolução subjetiva’ do poder desta fração capitalista. Não se trata, portanto, da mera preponderância de uma economia nacional sobre as demais, e sim de um processo no qual a integração de capitais e a própria forma da produção sofrem uma mudança de qualidade, o que possibilita, acrescentaríamos, a transnacionalização de capitais provenientes de países como o Brasil que passam a usufruir da escala da nova estrutura produtiva mundial.

Do ponto de vista da teoria marxiana, alguns conceitos se revelam imprecisos tanto em Dreifuss como em Souza, como os termos “setor secundário” e “capital financeiro” (DREIFUSS, 1981: 57).¹³ Ainda que se possa atribuir o uso desses termos

¹² Artigos publicados na Revista do Instituto de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1965. Cabe observar que muitos desses grupos tiveram seu patrimônio multiplicado durante a ditadura, mas ainda está por se fazer um estudo comparativo sistemático.

¹³ Uma crítica ao uso indiscriminado e pouco sistematizado do termo “capital financeiro” pode ser encontrada em CARCANHOLO (2011).

devido ao fato de que esse tipo de classificação era majoritária no marxismo de então, não há de fato uma problematização efetivamente marxiana desses conceitos, o que deixa lacunas significativas do ponto de vista teórico – embora não comprometa, em nossa avaliação, a identificação da fração de classe que se organiza politicamente em torno ao IPES. Porém, para construir a ponte da solidariedade de interesses desta fração de classe e a ação propriamente no cenário político brasileiro, Dreifuss cunha o conceito de “elite orgânica”, ao qual passaremos a discorrer agora.

1.3. Elite orgânica

A principal matriz do conceito de “elite orgânica”, cunhado por Dreifuss em sua tese de doutoramento (defendida na Universidade de Glasgow) que deu origem a *1964, a conquista do Estado*, está principalmente no conceito gramsciano de “intelectual orgânico”. Para Gramsci, o intelectual orgânico é todo aquele que, diferentemente do “intelectual tradicional”, está vinculado a um projeto de classe ou fração de classe. É desse modo que Dreifuss vai considerar como intelectuais orgânicos uma série de gerentes e “tecnoempresários”,¹⁴ vinculados, neste caso, a um projeto político de uma fração qualquer do capital, compondo uma camada mais ou menos coesa. Segundo o autor, a elite orgânica é, portanto, o conjunto articulado de agentes político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe; mas não deve ser vista como epifenômeno no nível político da estrutura econômica, por constituir um agente “relativamente autônomo”, cujo grau de conexão com os grupos sociais matriciais será dado pela “qualidade orgânica”, tendo, portanto, uma eficiência e uma dinâmica própria. A elite orgânica é assim um momento mais avançado numa consciência de classe capitalista, estabelecendo “a unicidade organizacional e política na diversidade ideológica classista interna, incorporada e interiorizada em seu programa de ação e em seu projeto de Estado” (DREIFUSS, 1987: 26). Ela não é “onipotente” porque qualquer processo político-social é um processo de embate e luta, mas ela sempre tem que pretender ser, porque almeja o poder.

¹⁴ O termo tecnoempresário é alvo de controvérsias dentro do marxismo, e Dreifuss não chega a elaborar teoricamente sobre ele. Vale assinalar que Dreifuss se utiliza do termo “tecno-empresário” não no sentido laudatório, típico da ideologia de legitimação da própria ditadura e também do neoliberalismo, que pressupõe que os aspectos “técnicos” desses agentes são “neutros” politicamente. Pelo contrário, Dreifuss mostra justamente que esses “tecnoempresários” tinham posição política de classe muito bem definida.

Em que se constituem, concretamente, as elites orgânicas, para Dreifuss? É na *Internacional Capitalista* que encontraremos uma nota teórica mais aprofundada sobre o tema, na qual o autor vai expor os resultados de sua extensa pesquisa acerca de entidades privadas do empresariado de caráter transnacional existentes desde 1918. O objetivo dessa obra era analisar a ação política das classes dominantes não apenas em momentos excepcionais, como em golpes, mas na “normalidade”, isto é, “no dia a dia da intervenção ‘fria’ e persistente no conflito de classes, na ação diária, constante, sistemática, nos campos ‘frios’ da política” (Idem: 22). O livro foi escrito em meio à crise orgânica dos anos 1980 no Brasil, na qual as diversas frações burguesas buscavam desesperadamente constituir uma coesão interna tal como aquela que outrora o IPES propiciou – o que incluiu tanto iniciativas como a fundação, em 1982, do Movimento de Mobilização Empresarial (MME), que conseguiu notável influência sobre o Congresso Nacional, ou na fracassada tentativa, ainda em 1978, de fundar uma entidade chamada, sintomaticamente, de “Idem” (Idem: 262-257).

Para melhor discernir acerca desse caráter deliberado e planejado da intervenção política, o autor diferencia as noções de “*córtex político*” – “um órgão capaz de visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis” – e um “*estado-maior*” – “um órgão capaz de operacionalizá-los, modificando com sua ação as relações de forças. O primeiro seria uma espécie de “núcleo de vanguarda político-intelectual”, e o segundo, um braço operacional, organicamente vinculado a uma classe, bloco ou fração de classe. A mediação “conectiva e mediadora” do córtex político seria essencial para garantir uma mínima “unidade classista”, algo que não é alcançado pela unificação em abstrato das frações do capital no Estado. “A ação político-ideológica das elites orgânicas é que permite que um bloco de poder polarize sob seu controle o conjunto de frações subalternas, formando, quando a ação é bem-sucedida, uma *frente móvel* de poder.” (DREIFUSS, 1987: 26, grifo no original). A frente móvel de ação, mais ampla que a própria elite orgânica, viabiliza a inserção político-ideológica e a conversão de projetos classistas particulares em demandas gerais, sociais, nacionais ou simplesmente em “senso comum”, de acordo com a matriz gramsciana. (Idem: 27).¹⁵

¹⁵ O poder de classe estaria estruturado assim em três níveis de acordo com seu grau de organização, capacidade, área de atuação, objetivos e bases sociais: as *unidades de ação* englobariam “grupos táticos visando alvos específicos e fins limitados”, dentro de uma estratégia maior mas que se orientam para ações conjunturais e de alcance mais curto; (poderíamos pensar como exemplo a ação do IBAD ou da ADEP, no Brasil); as *centrais de idéias e pesquisas* constituiriam “segmentos auxiliares e de assessoria num leque limitado de questões”, muitas vezes ligados à formulação de políticas públicas, mas que também serve como “celeiro de recrutamento de quadros” que podem vir a ser quadros das elites

Enquanto “estado-maior”, a elite orgânica não apenas se encarrega do planejamento estratégico da ação política, “à luz da razão fria, organizando a paixão social e classista em forma de reflexão deliberada e de racionalidade política”, mas articula e operacionaliza um “conjunto de ações táticas e manobras”, de modo a otimizar as suas “condições, meios e recursos” para “reduzir o imponderável a zero, através da antecipação e intervenção precisa e oportuna”. Evidentemente, essa ação estratégica não pode ser delineada a todo tempo em detalhes, até porque em grande parte depende do movimento do adversário, mas a função da elite orgânica é justamente tentar antecipar esses movimentos. Como escreveu Dreifuss,

Ao constituir-se como tal, a elite orgânica se diferencia do conjunto das classes dominantes e mesmo dos interesses representados no bloco de poder do qual faz parte, lidera e viabiliza, operando assim como fator de poder num nível especificamente político. Embora organicamente vinculada ao seu universo sócio-econômico e cultural, esta diferenciação é imprescindível para uma intervenção política eficaz e eficiente, na medida em que a classe dominante é uma na sua diversidade de unidades de acumulação competitivas – seja no nível da composição de capital, no plano da produção setorial ou no universo dos grupos econômicos -, às quais correspondem essencialmente percepções e atitudes corporativas ou de solidariedade (e não atitudes ‘políticas’), expressas em associações, sindicatos ou federações de classe. As elites orgânicas agem, na realidade, como mediadoras na formação de blocos de poder ou de frentes móveis de ação, isto é, predispõem a classe dominante para a luta política. É através das elites orgânicas que se dá a unidade real da classe (em si) – na imagem gramsciana, a articulação do momento corporativo-solidário dos interesses materiais com o momento político-ideológico-coercitivo – e a sua expressão na ação de classe (para si), visando a dimensão estatal e a sua intervenção no conflito social, com senso de Estado. Diríamos, portanto, que a elite orgânica procura ‘traduzir’ (relacionar, transpor) as exigências da esfera da produção (necessidades econômicas) para o plano da ação política, onde busca a sua realização institucional. Essa mediação não se dá segundo uma tal de ‘lógica do capital’, já que o capital não é nem lógico nem ilógico, muito menos um sujeito da ação política. A ‘articulação’ entre produção e instituição, entre economia e Estado (no linguajar abstracionista, entre estrutura e superestrutura) se dá pela luta política dos interessados. (Idem: 24-25)

Vale a pena recorrer aqui a alguns exemplos concretos, a título de ilustração. Na *Internacional Capitalista*, somos apresentados a um leque muito amplo de entidades de elites orgânicas transnacionais que remetem à fundação ainda em 1918 dos *Round Table Groups*, círculos de debate que deram origem ao principal instituto de relações

orgânicas (podemos pensar em instituições como a *Rand Corporation* nos EUA). No topo estariam as próprias elites orgânicas (que a nosso ver podem se consolidar em apenas uma entidade, como no caso “de sucesso” do IPES, ou estar pulverizadas).

internacionais da Grã-Bretanha, o *Royal Institute of International Affairs*, e nos EUA ao *American Institute of International Affairs*, que seria experiência importante na constituição do *Council of Foreign Relations*, que conserva até hoje posto de destaque na elaboração e debate da política externa norte-americana, publicando a famosa revista *Foreign Affairs*. O *Committee of Economic Development* (CED), criado no contexto da Grande Depressão, teve importantes laços com o IPES, e também ainda mantém forte atuação, em conjunto com uma rede de entidades européias, asiáticas e africanas. Mas foi a *Trilateral Commission* a primeira iniciativa, nascida em 1973 e atuante até hoje, de construção de uma entidade gerida conjuntamente pelas elites orgânicas transnacionais de EUA, Europa e Japão.¹⁶ As transformações de fins dos anos 1970 trouxeram a renovação das elites orgânicas nos EUA com o *Business Roundtable*, e logo depois na Europa com a *European Roundtable of Industrialists* (ERT), ambas extremamente atuantes no presente. Associadas a estas entidades que constituem de fato grandes centros das elites orgânicas encontramos uma miríade de outras entidades, centros políticos e institutos de pesquisa, como a *Heritage Foundation*, a *Brookings Institution*, o *Hudson Institute*, etc.¹⁷

O caso do complexo IPES/IBAD/ESG é o dispositivo da elite orgânica mais central em 1964; no entanto, nessa mesma obra, Dreifuss já chama bastante atenção para entidades transnacionais como a ADELA – *Atlantic Community Development Group for Latin America*, entidade formada em 1962 com o propósito de organizar os interesses dos capitais forâneos na América Latina; ou o CICYP (*Consejo Interamericano de Comercio y Producción*), presidido aliás por Roberto Campos de 1968 a início dos anos 1970. No contexto latino-americano temos ainda o *Council for Latin America* criado pelos Rockefeller, que depois se transformou em *Council of the Americas* (que hoje, associado à *Americas Society*, é conhecido pela sigla AS-COA). Inspirados e ligados ao IPES brasileiro, em outros países latino-americanos surgiram entidades como o chileno *Instituto Privado de Investigaciones Económico-Sociales* (IPIES) e os argentinos *Foro de la Libre Empresa* e a *Acción Coordinadora de las Instituciones Empresariales Libres*, que tiveram destacada atuação nas respectivas

¹⁶ Abordagens críticas das áreas de Relações Internacionais (R.I.) e Economia Política Internacional (E.P.I.) têm corroborado a importância desses aparelhos privados de hegemonia que compõem uma espécie de “sociedade civil internacional”, como é possível observar nos trabalhos de autores como Stephen Gill (1990); Robert Cox (1987) entre outros. Nesse sentido *A Internacional Capitalista* é um trabalho absolutamente pioneiro e bastante instigante, pois abre uma série de possibilidades de pesquisa.

¹⁷ Vale muito consultar os ricos apêndices documentais desse livro, assim como a listagem bibliográfica internacional acerca do assunto que o autor elenca ao final do livro.

ditaduras empresarial-militares nos anos 1960 e 1970. Vale lembrar aqui os inúmeros congêneres do IPES não apenas na América Latina, continente no qual adquiriram caráter golpista, mas também na Europa, onde sua atuação foi mais marcadamente conservadora no sentido de apostar na construção de regimes democráticos mais restritos (fórmula que seria pensada no caso da transição brasileira com a participação inclusive de um eminente representante das elites orgânicas estadunidenses, Samuel Huntington).¹⁸

O suporte, não apenas financeiro mas também de *know-how*, dado pela conexão transnacional do IPES foi uma das descobertas de Dreifuss, que conseguiu comprovar essa que era uma forte desconfiança da esquerda desde, pelo menos, a CPI do IBAD – a qual não logrou comprovar a conexão com o IPES e suas conexões internacionais justamente por conta de sua extraordinária discrição e do conjunto de medidas de segurança adotado pela entidade (como diversas formas de “limpar” as contribuições, principalmente as internacionais). À época, o tema já contava com o estudo de Phylis Parker (1977), que abordara pioneiramente a chamada “Operação *Brother Sam*”, uma ação espetacular de intervenção da máquina de guerra do imperialismo estadunidense como apoio ao golpe de Estado de 1964, além do livro *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira (1978), que também discutia a mesma questão.¹⁹

No caso brasileiro, Dreifuss discerne, em termos gramscianos, entre a solidariedade de interesses desse novo bloco econômico, consolidada em formas organizacionais básicas, e as formas de associação que representam um nível diretamente político-militar de uma consciência de classe dessa fração. No primeiro nível, da solidariedade de interesses, se encontrariam basicamente três tipos de

¹⁸ Huntington chega a realizar várias visitas ao Brasil e escrever, sob encomenda do então secretário do Gabinete Civil de Médici, Leitão de Abreu, um documento chamado “Abordagens da descompressão política”, no qual expunha suas teses sobre os moldes nos quais uma transição democrática deveria se dar para manter sob controle o sistema político (Cf. HOEVELER, 2012, mimeo).

¹⁹ Desde então algumas pesquisas que partiram das descobertas de Dreifuss já têm aprofundado a questão da relação dos EUA com o golpe e a ditadura, vide SPOHR (2012) e o estudo sobre a Aliança para o Progresso de SILVA (2008). De acordo com Spohr, é “a partir do governo Kennedy, a preocupação com a América Latina foi organizada burocraticamente, recebendo importante estímulo a partir da criação do Comitê de Políticas para a América Latina (*Latin American Policy Committee*, ou LAPC), formado em 1962 para centralizar a ação política” (SPOHR, 2012: 50). Spohr destaca como ponto crucial no estabelecimento da rede transnacional, principalmente na conexão com os Estados Unidos, uma viagem feita por um comitê de empresários brasileiros a Washington em 1963, na qual Paulo Ayres Filho, destacado membro do IPES paulista, chegou a se reunir com o presidente Kennedy para expor divergências do grupo em relação à maneira como estava se desenvolvendo a Aliança para o Progresso.

estruturas: escritórios de consultoria tecno-empresarial (como a CONSULTEC²⁰, a CBP – Consórcio Brasileiro de Produtividade e a APEC – Análise e Perspectiva Econômica); diversos tipos de associações de classe empresariais, tanto mais antigas porém renovadas ao longo dos anos 1950, como FIESP, CIESP e as *Amchams – American Chambers of Commerce*), quanto novas, como a ABDIB – Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias Básicas, criada em 1955, e as novas associações mais abrangentes como a CONCLAP; e por fim os variados grupos de ação que expressam esses mesmos interesses, como o IBAD, os quais já representariam a passagem da solidariedade econômica ao ativismo político propriamente dito (DREIFUSS, 1981: 82-83).

Como nos referimos anteriormente, na análise de Dreifuss, teria predominado, numa primeira fase, um processo de “transformismo molecular”, com a passagem de empresários e tecnoempresários individuais ao campo da atividade política em prol do bloco; seguida de um segundo momento de consolidação do complexo IPES/IBAD/ESG, já seria aquele do “‘transformismo’ de grupos inteiros da burguesia para o campo modernizante-conservador militante” (Idem: 107). Somente nos estágios finais é que se vê mais claramente uma “tomada de consciência positiva”, quando uma consciência negativa ou de reclamações esparsas dá lugar a um projeto.

A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. (Idem: 161-162).

Vale destacar ainda que as formas de ação política das elites orgânicas incluem aquilo que muitos autores chamam de “diplomacia privada” e a “política efetiva” em conjunto com a política oficial e pública. Isso incluiria não apenas meios legais e legítimos, mas também ruptura institucional, isto é, englobando tanto jogar da melhor maneira possível dentro das regras do jogo como quebrá-las. Em suma, como Dreifuss deixa mais claro no último capítulo da *Internacional*, as elites orgânicas definitivamente

²⁰ Que esteve envolvida num escândalo envolvendo um mega empreendimento de exploração mineral em Minas Gerais, o Projeto Águas Claras, a ser explorado por um consórcio da poderosa americana Hanna Mining, naquilo que ficou conhecido como “o caso Hanna” (DREIFUSS, 1981: 90-93).

superam os partidos burgueses: enquanto estes visam o *governo*, a elite orgânica mira o *Estado* (Idem: 266).²¹

1.4. Ecletismo teórico ou inventividade conceitual?

Quanto ao fato de ser “orgânica”, isto é, ter uma ligação estrutural com uma fração de classe, não restam dúvidas. O termo “elite” da expressão, no entanto, é considerado mais problemático e por isso nos deteremos um pouco na interpretação e problematização de seu uso. Na opinião de João Quartim de Moraes, embora a ênfase de Dreifuss no caráter orgânico do IPES, a fórmula de “elite orgânica da burguesia multinacional e associada”, apresentaria inconvenientes, “não somente por ser dificilmente separável de conotações ideológicas manifestamente estranhas à inspiração democrática e anti-imperialista de seu pensamento, mas sobretudo porque restringe ao estado-maior da *conspiração* golpista (que exatamente por ser tal, devia atuar nos bastidores da cena política) as funções dirigentes e portanto as responsabilidades políticas de uma ampla mobilização que envolveu todos os aparelhos políticos e ideológicos das classes dominantes, a começar dos partidos de direita e de extrema-direita” (MORAES 2006:139).

Neste ponto vale rastrear a influência da obra do marxista britânico Ralph Miliband, com quem, aliás, Dreifuss chegou a estudar na *Leeds University*, onde concluiu seu mestrado em 1974. Para explicar o Estado capitalista, Miliband se concentrara essencialmente naquilo que segundo ele constituiria uma “elite estatal”, isto é, os funcionários do Estado, de altos e baixos escalões, depositários objetivos do poder estatal. No argumento de Miliband, enquanto as organizações dos trabalhadores, que mantêm divisões ideológicas mais profundas e fundamentais, são como grupo de pressão junto ao Estado tendencialmente cada vez mais débeis, o empresariado estaria “taticamente dividido, mas estrategicamente coeso” (MILIBAND, 1972: 192-193).²² Para alguns autores, essa visão estaria imbuída de um ecletismo teórico que comprometeria a análise do próprio Miliband, mas essa é uma questão que não nos concerne aqui, valendo apenas observar que a absorção relativamente pouco teorizada

²¹ Neste mesmo capítulo, sintomaticamente intitulado “Aviso aos navegantes”, Dreifuss adverte claramente que o fato de que o livro tenha tido por objeto a história da ação das elites orgânicas, esta não é o único ator em jogo, como algumas interpretações apressadas podem levar a crer.

²² Por sua divisão em categorias, os trabalhadores, enquanto “grupo de pressão”, tenderiam a aparecer muito mais como um interesse “setorial” do que o empresariado, e suas reivindicações são apresentadas como “deficitárias”, “inflacionárias”, contrárias ao desenvolvimento do país e, portanto, ao interesse nacional; enquanto as reivindicações do empresariado são apresentadas como aspirações nacionais.

da noção de “elite” deve-se à influência em Miliband do sociólogo americano C. Wright Mills.²³ Wright Mills notoriamente absorveu aspectos da teoria das elites, em primeiro lugar ao preferir o termo “elite no poder” ao invés do de “classe dominante”, por considerá-lo “excessivamente carregado” ao supostamente pressupor que uma classe econômica domine politicamente e não “deixa autonomia suficiente à ordem política e a seus agentes”.²⁴ Este foi um dos pontos do debate Miliband-Poulantzas;²⁵ e, por sua vez, Miliband acusara Poulantzas de deturpar a análise da elite no poder de C. W. Mills (MILIBAND, 2008).

Independentemente da justeza da crítica de Poulantzas a Miliband e W. Mills, cabe observar que esta crítica específica não caberia a Dreifuss em 1964, já que aí o autor demonstra justamente não se trata de uma camada que estivesse *fora* do Estado antes de 1964; trata-se na verdade de uma mudança de estratégia na atuação dessa fração que, sentindo-se suficientemente forte diante da chamada “crise do populismo”, passa a almejar o poder direto do Estado (mencionaremos mais adiante o debate acerca do caráter bonapartista do regime). Em suma, aquilo que ele denomina elite orgânica passa, em determinado momento, a almejar a derrubada não apenas de um governo, mas de todo o regime, e assim “conquistar o Estado” *manu militari*.

Não podemos deixar de observar que encontram-se na obra de Dreifuss também alguns conceitos estranhos ao marxismo são incorporados pelo autor, como por exemplo o conceito de “ideologia tutelar” (a qual teria sido abraçada por Vargas e pela burguesia industrial brasileira das décadas de 1930 e 1940), de Samuel Huntington e Clement Moore – acepção da ciência política conservadora (Idem: 39); o conceito de “mobilização de bias” (Idem: 41); e o conceito de “Estado cartorial” ou “Estado patrimonial”, utilizado por diversos autores, dentro da matriz weberiana (Idem: 43).

Nesse sentido, a hipótese mais verossímil, e que nos parece também responder a questões similares que podem ser levantadas a respeito de outros termos utilizados pelo

²³ Como se sabe, *A elite no poder* foi uma das mais influentes obras do chamado “pensamento radical” norte-americano que, a despeito de não ser marxista, construiu estudo sistemático de grande valor heurístico para a compreensão das especificidades do capitalismo naquele quadrante, combatendo por exemplo interpretações conservadoras das ideias Max Weber, como o estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons.

²⁴ Segundo Tom Bottomore, “Mills distinguiu três elites fundamentais – econômica, política e militar – na sociedade norte-americana e enfrentou, mas não solucionou, a dificuldade de mostrar como esses três grupos foram realmente uma única elite do poder e como estão unidos” (BOTTOMORE, 1988: 123). Ainda segundo o Bottomore, grande parte da absorção do conceito de elite por Miliband estaria voltada à análise da dos agentes estatais e do caso dos países socialistas do Leste Europeu e URSS (Idem).

²⁵ As principais intervenções deste debate, travado nas páginas da *New Left Review*, foram publicadas no Brasil (Cf. MILIBAND, 1982 e 2008; POULANTZAS, 1982 e 2008).

autor, é que ele incorporava arcabouços teóricos estranhos ao marxismo, algumas vezes sem a preocupação de um rigor teórico muito preciso – algo que permite um uso extremamente frutífero dos conceitos marxistas, mas também pode desembocar em ecletismo teórico.

1.5. “Civil-militar” ou “empresarial-militar”? Golpe e ditadura de classe

Dreifuss foi um dos primeiros estudiosos a caracterizar o golpe de 1964 como um golpe “civil-militar”, indicando que existiu não apenas a participação de “civis” no golpe, mas, fundamentalmente, que existia um *projeto de classe* inscrito no golpe e na ditadura. Os “civis” a que Dreifuss se refere, ao longo de toda obra, têm nome, endereço e interesse concreto: são empresários, tecnoempresários, ou “dublês” de empresários que representavam determinados projetos inscritos numa sociedade dividida em classes, num determinado momento histórico do capitalismo brasileiro, e não entre “militares” e “civis” (entendidos apenas como os indivíduos “não-militares”) tal como na acepção da própria visão militar da sociedade. Por esse motivo, outro termo bastante utilizado em 1964 é o “empresarial-militar”, termo que se aproxima mais da caracterização dreifusiana do golpe, mas que ainda se restringe a uma caracterização descritiva, não tendo a mesma profundidade teórica que os conceitos trabalhados nos itens anteriores.

Alguns historiadores (p. ex. LEMOS, 2012) têm discutido esse aspecto recentemente, problematizando o modismo acadêmico que tomou conta da historiografia acerca do golpe, segundo o qual seria uma grande novidade dizer que houve a participação de “civis” no golpe e na ditadura. Comumente, o que se encontra hoje são afirmações pouco qualificadoras desse adjetivo, e que no fundo acabam incorporando de forma acrítica a ideologia corporativa própria da instituição militar (cf. MELO, 2012). Ao contrário de um comentário difuso sobre esses “civis”, a pesquisa de Dreifuss permite identificar socialmente os tais “civis” envolvidos tanto no golpe quanto na ditadura. Numa passagem decisiva para mostrar a necessidade de qualificar quem eram esses “civis” aos quais Dreifuss estava se referindo primordialmente, lê-se:

“Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários”. (DREIFUSS 1981:417)

Observe-se que a expressão “civil-militar” já foi definitivamente incorporada ao vocabulário não apenas acadêmico, mas dos próprios movimentos sociais, como nota-se nos eventos correntes acerca dos 50 anos do golpe de 1964. Muitas vezes, no entanto,

comparece deslocado daquele sentido original que Dreifuss deu a ele em 1981, no qual essa ênfase se destinava a implicar agentes que pretendiam, sob o termo “ditadura militar”, se eximir de responsabilidades quando do golpe, como é o caso flagrante da grande imprensa.

Hoje, longe de problematizar quem são esses civis, dessa forma qualificando-os quanto a seu papel social, seu lugar de fala, etc, repete-se apenas “a *participação* de civis” no golpe e na ditadura, afirmação que não só não representa grande avanço do ponto de vista do conhecimento, como até retrocede do ponto de vista teórico-analítico, já que se toma esses “civis” como simplesmente opostos aos “militares”. Como Renato Lemos costuma lembrar, durante a ditadura houve aqueles que deram o golpe e aqueles que foram golpeados, aqueles que sofreram torturas e aqueles que foram torturados, e havia civis e militares de ambos os lados – basta lembrar que a categoria profissional mais atingida logo que foi dado o golpe foram justamente os militares nacionalistas e fiéis a Jango, muitos dos quais se opunham às facções udenistas da caserna desde os anos 1940 (LEMOS, 2002).

Outra coisa muito comum nessas recentes visões historiográficas é colocar no mesmo patamar as ações estratégicas do complexo IPES/IBAD/ESG e toda a sorte de conspirações que ocorriam em diversos pontos do país, por vezes sem conhecimento uma das outras. A questão não deixou de ser considerada por Dreifuss, que observou pelo menos três movimentos político-militares: 1) o *grupo IPES/ESG*, do qual fizeram parte o gen. Golbery e o tecno-empresário Roberto Campos; 2) os *extremistas de direita*, que envolveu elementos civis como Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, e o empresário Paulo Egydio Martins e o brigadeiro Burnier; e 3) os *tradicionalistas*, que envolvia nomes como os generais Antonio Carlos da Silva Muricy, Amaury Kruel e Olympio Mourão Filho (DREIFUSS, 1981: 368-373). Este último, que liderou o desencadeamento do golpe, deslocando as tropas de Juiz de Fora em direção à Guanabara na noite do dia 31 de março de 1964, é objeto de toda uma sessão do oitavo capítulo de *1964 – a conquista do Estado*, onde Dreifuss discute justamente o fato do general Mourão Filho está deslocado da decisiva conspiração do grupo ipesiano (Idem: 373-396). Além dessas conspirações, sabe-se que a campanha de desestabilização contou com apoio de inúmeras associações religiosas católicas, que

mobilizaram o culto à padroeira do anticomunismo, Nossa Senhora de Fátima,²⁶ para mobilizar a classe média com medo da proletarização, e mesmo significativos setores populares.

Todavia, a partir das considerações de Dreifuss, é possível comparar de forma mais acurada o peso que, no processo histórico, pode possuir uma articulação de grandes interesses capitalistas e geoestratégicos do imperialismo estadunidense e conjurações temerárias de organizações como a “Tradição, Família e Propriedade” (TFP), que certamente tiveram a capacidade de produzir uma mobilização contra Goulart e mesmo no apoio ao golpe e à ditadura, mas não possuíam um programa de Estado, como tinha o IPES.²⁷

Mas indo além, Dreifuss alarga a caracterização (de um ponto de vista descritivo) de “civil-militar” para a própria ditadura, nos trazendo alguns argumentos no sentido de apontar que aquele regime foi um regime *direto* de uma fração de classe. Em 1964, Dreifuss analisa basicamente o governo Castello Branco, cuja composição ministerial e projetos aplicados foram suficientes para demonstrar como a elite orgânica do IPES atingiu os mais altos postos do regime e como seus projetos anteriormente delineados foram implementados em sua essência. Nesse sentido, Dreifuss considera o regime ditatorial como exercício de poder direto de uma fração de classe, que tinha um importante braço nas Forças Armadas.

Aqui é necessário um parêntese acerca da discussão sobre o possível caráter “bonapartista” do regime de 1964 e de sua historicidade, já que esta caracterização do regime desperta controvérsia analítica entre as visões marxistas. No entanto, a história do regime que é implantado em 1964 é fortemente marcada pela dinâmica interna da caserna, como se pode observar em inúmeros episódios, particularmente na crise sucessória de 1969. Numa vertente teórica que também seguia as elaborações poulantzianas, o cientista político João Roberto Martins Filho analisou mais profundamente as divisões internas das Forças Armadas que se refletiram em disputas acirradas na caserna, refutando a ideia largamente difundida que opõe “brandos” (ou

²⁶ Segundo a tradição católica, em 1917, na região de Fátima em Portugal, a três crianças camponesas teria aparecido Nossa Senhora, anunciando que a Rússia espalharia “seus erros pelo mundo”, ou seja, espalharia a revolução socialista. Tornar-se-ia uma das mais fortes mitologias anticomunistas do século XX, com particular penetração no mundo católico latino-americano.

²⁷ Ainda está por se fazer uma investigação mais profunda sobre como essa articulação teve continuidade ou não após o fim do IPES. Dreifuss demonstra que as conexões com entidades capitalistas transnacionais continuou bastante forte, como mostra a criação, em 1976, da CEBEU – Comissão Brasil-Estados Unidos, que aliás existe até hoje e funciona organizada sob a atual CNI (Confederação Nacional da Indústria).

castelistas) e “duros” como duas facções homogêneas. (MARTINS FILHO, 1996). O que queremos observar, ao lembrar da importância que a dinâmica na caserna de um regime militar – que pode parecer até uma obviedade – é que uma crítica levantada à tese de Dreifuss, do ponto de vista desse autor, é exatamente a de que ele teria subestimado a importância do elemento especificamente militar (Idem: 22). Isso pode até ser matizado não apenas pelo fato de que o objeto de estudo de Dreifuss abarca apenas o governo Castello Branco, como também pela importância que o autor de *1964* dava ao braço militar do complexo IPES/IBAD/ESG; de toda forma, a questão teórica relacionada ao aspecto “bonapartista” do regime ditatorial de 1964 permanece.²⁸

Em suma, na perspectiva de Dreifuss trata-se de um golpe de classe e de uma ditadura de classe que, ainda que tenha favorecido determinados grupos econômicos, não esteve apenas a serviço de um interesse econômico-corporativo, mas a serviço da classe capitalista, liderada naquela quadra histórica pela sua fração mais internacionalizada.

2. Objeções à abordagem dreifusiana sobre o golpe de 1964: uma crítica da crítica

Uma primeira crítica à leitura do golpe de 1964 partiu da cientista política Maria Vitória Benevides, por ocasião do lançamento de *1964, a conquista do Estado*, em 1981 (BENEVIDES 1981).²⁹ Nota-se que a autora partiu de uma leitura bastante cuidadosa da mesma, ao contrário de boa parte da crítica que se seguiria. Benevides discordava da interpretação de Dreifuss argumentando que aqueles empresários não poderiam apoiar uma estratégia “estatista” de desenvolvimento, como aquela que empreendeu a ditadura. Para esta, o impulso estatizante ocorrido ao longo do período ditatorial seria uma evidência da falha da tese do golpe de classe e da instituição de uma “ordem empresarial”; nesse sentido, a autora lembra da grita dos representantes do empresariado brasileiro contra o “estatismo” desde o fim dos anos 1970.

Contudo, tal consideração não leva em conta um aspecto fundamental da expansão do setor estatal da economia brasileiro como forma de justamente viabilizar a acumulação monopolista do setor privado, e não se constitui em um óbice, como enunciavam os intelectuais orgânicos do empresariado, que repercutiam no plano

²⁸ O principal autor a defender a tese da ditadura como regime bonapartista é Carlos Estevam Martins (1977). Algumas considerações instigantes estão presentes nas conclusões de Felipe Demier em *O longo bonapartismo brasileiro* (2013: 216-217 e 220-221).

²⁹ Republicada em BENEVIDES, 2003.

doméstico a emergência do paradigma neoliberal em face da crise estrutural dos anos 1970. De fato, desde meados dos anos 1970 setores expressivos do empresariado brasileiro já vinham defendendo privatizações e um modelo econômico com menor participação do Estado, tendo inclusive a criação do II PND de Geisel gerado forte descontentamento entre os setores que até então vinham sendo os mais beneficiados pela política econômica da ditadura.³⁰ O estudo da ideologia do IPES nos permite observar, no entanto, que a participação do Estado era entendida como necessária para impulsionar o “saneamento” político e econômico (principalmente para impor uma solução à crise econômica que jogasse seus custos nas costas da classe trabalhadora) necessário ao desenvolvimento da iniciativa privada. Nesse sentido, embora possa-se ainda analisar mais detalhadamente a ideologia do IPES e as disputas intra-classe capitalista, para além das indicações que deixou Dreifuss, a relação entre o Estado e a economia capitalista são intrínsecas e não podem ser desconsideradas nem pelo mais privatista do empresariado.

Contudo, foi com o trabalho de outra cientista política que se esboçou pela primeira vez a operação revisionista que em 2004 se apresenta como dominante no *mainstream* acadêmico brasileiro. *Democracia ou reformas?*, de Argelina Figueiredo (1993), pretendeu oferecer uma leitura alternativa à de Dreifuss, claramente se opondo a este último a partir da ideia de “nem a esquerda nem a direita possuíam apego ao regime democrático”. Para esta autora, as opções dos “atores políticos relevantes”, especialmente do próprio Goulart, ao adotarem o “tom radical”, limitaram a possibilidade de realização de reformas dentro do arcabouço institucional então vigente.

Em suma, Figueiredo desloca o foco de sua explicação da direita civil e militar, do IPES, da Embaixada dos EUA etc., para co-responsabilizar aqueles que em 1964 foram apeados do poder. Nas palavras de Figueiredo, a explicação de Dreifuss

“falha em fornecer uma explicação real, pois toma a mera existência de uma conspiração como condição suficiente para o sucesso do golpe político. Os conspiradores são vistos como onipotentes. Consequentemente a ação empreendida por eles não é analisada em relação a outros grupos, nem vista como sendo limitada por quaisquer constrangimentos externos”. (FIGUEIREDO, 1993: 27-28).

Nesta crítica, a perspectiva de Dreifuss é totalmente reduzida a uma conspiração bem sucedida, e há evidente desconsideração de todas as passagens de *1964* e da *Internacional Capitalista*, nas quais Dreifuss se dedica a analisar em detalhes o balanço

³⁰ O governo Geisel parece ter sido, inclusive, o mais “bonapartista” no sentido de “autonomizado” da fração que deu suporte e sentido ao golpe, especialmente quando da implantação do II PND.

das diversas atividades coordenadas direta ou indiretamente pelo complexo IPES/IBAD. Por exemplo, o fracasso em construir uma forte entidade no movimento estudantil ou no movimento operário, o fracasso dos partidos e candidatos apoiados pelo IPES nas eleições de 1962, entre outras iniciativas mal-sucedidas, que são descritas por Dreifuss, tudo isso é ignorado nessa leitura. Por fim, chega ao ponto de dizer que Dreifuss não tomaria em consideração “a situação econômica do país” como fator que facilitaria os objetivos dos conspiradores (Idem: 173), quando, ao contrário, qualquer um que se dê ao trabalho de conferir a estrutura de *1964, a conquista do Estado* encontrará um capítulo totalmente dedicado a discutir a natureza da crise dos anos 1960, com grande destaque para a crise econômica e para a interseção entre crises de diversas ordens, econômica, política e social, com determinações próprias e com diversos efeitos sobre a ação dos sujeitos políticos em questão.³¹

Figueiredo atribui ao autor a aspiração de onipotência que é dos próprios conspiradores, os quais, como é possível notar a partir do largo conjunto de fontes levantado por Dreifuss, pretenderam se inserir nos mais diversos âmbitos da sociedade, das Forças Armadas ao movimento estudantil, em alguns casos com sucesso, em outros não. São várias as paddagens nas quais Dreifuss aponta uma série de eventos, antes de 1964, nos quais a elite orgânica agrupada no IPES não logrou atingir seus objetivos, como nas eleições de 1962, quando foi incapaz de deter a ascensão da Frente Parlamentar Nacionalista, e no geral no fracasso em impedir o avanço da conscientização política das classes trabalhadoras, tendo mesmo algumas de suas iniciativas mais promissoras, como no movimento estudantil, fracassadas de maneira retumbante. A propósito, foi certamente o fracasso na conquista do consenso em torno às suas propostas que conduziu o IPES a apostar suas fichas no golpe de Estado e na instituição de uma ditadura militar.³²

Seguindo de perto a abordagem de Figueiredo, o historiador Jorge Ferreira reduz as proposições de Dreifuss ao que chama de “teoria da grande conspiração”, na qual o golpe seria visto como “inevitável” (FERREIRA, 2011: 315 e 515). Em um capítulo de livro de divulgação acadêmica, o autor assim se referiu a leituras como a de Dreifuss:

³¹ Ver seu capítulo IV (DREIFUSS, 1981: 125-160).

³² Os recentemente levantamentos da opinião pública em março de 1964, feitas pelo Ibope e desconhecida do grande pública durante todo o período ditatorial, demonstrando não só uma grande popularidade das propostas reformistas, assim como do governo e mesmo de uma eventual reeleição de Goulart, contraria certa tendência revisionista que se esboçou nos últimos anos e que pretendia endossar a ideia de que o golpe contou com amplo apoio popular (Cf. MELO, 2014: 167-170).

“Outra interpretação, que não deve ser minimizada, fala, por sua vez, da Grande Conspiração, da aliança entre grupos sociais conservadores brasileiros – a exemplo de empresários, latifundiários, políticos reacionários, militares golpistas e Igreja tradicionalista – com a CIA e o Departamento de Estado norte-americano. A conspiração direitista interna-externa, desse modo, teria sido o fator fundamental para a crise política de 1964. Nesse tipo de análise, adotada muitas vezes pelos próprios trabalhistas para explicar a queda de Goulart, igualmente minimiza-se a participação de grupos e classes sociais que atuaram de maneira conflituosa dentro do país, deslocando para o exterior os protagonistas da própria história vivida pela sociedade brasileira. Nesse sentido, o “culpado” pelo golpe teria sido o Outro, o “estrangeiro”. Ora, desde 1954 grupos conservadores brasileiros tentaram golpear as instituições: em agosto daquele ano, em novembro de 1955, em duas tentativas no governo Juscelino e uma decisiva em agosto de 1961. Não conseguiram. Não encontraram apoio da sociedade para o golpe. Em outras palavras, não basta conspirar, mesmo que com o apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante.” (FERREIRA, 2003: 347)

Em primeiro lugar, poderíamos perguntar: por acaso “empresários, latifundiários, políticos reacionários, militares golpistas e Igreja tradicionalista” não são parte da sociedade brasileira? E pode ser plausível uma explicação para o golpe de Estado que minimize o papel do governo dos EUA naquele processo, ou mesmo da já bastante investigada conspiração contra o governo Goulart? Mais uma vez, nesse tipo de crítica passa-se por cima de diversos elementos arrolados por Dreifuss para explicar as condições que permitiram o triunfo do golpe, como as modificações significativas no padrão da acumulação capitalista e sua própria dinâmica histórica, além da caracterização da natureza da crise que marcou o governo nacional-reformista de João Goulart.

As teses de Argelina Figueiredo também ganham acolhida na pena de autores que, não obstante sejam mais prudentes em considerar a riqueza de informações na pesquisa de Dreifuss, como Daniel Aarão Reis, avaliam que no trabalho do uruguaio “o autor pareça superestimar o controle e o domínio que as instituições que investiga, sobretudo o IPES, tivesse do processo histórico em curso” (REIS FILHO, 2001: 332), opinião similar à de que em Dreifuss “os conspiradores são vistos como onipotentes” (FIGUEIREDO, 1993: 28). Além de corroborar com as críticas deste último (FICO, 2004: 37), Carlos Fico vem defendendo a problematização da relação não necessariamente vinculada entre a campanha de desestabilização e a conspiração golpista (FICO, 2008: 75-76; 2014: 30-37), que eventualmente apareceriam de forma embaralhada em *1964 – a conquista do Estado*.

Num balanço da historiadora Lucília Neves de A. Delgado (2010), esta inclui Dreifuss entre autores que trabalhariam, “de forma preferencial, com a ideia de tempo

curto e enfatizam o caráter conjuntural da deposição de João Goulart.” Reduzindo a explicação do cientista político uruguaio à “dinâmica da conspiração”, Delgado acabaria por associá-lo ninguém menos que Elio Gaspari (Idem: 137), que em sua obra dedicada à ditadura simplesmente ignora não só a referência bibliográfica de *1964 – a conquista do Estado*, quanto qualquer articulação entre alguns personagens centrais de sua narrativa – como os generais Golbery e Geisel – com o IPES.³³

Num dos dois parágrafos destinados a descrever a perspectiva de Dreifuss, a autora afirma que

Organizações como o IPES e o IBAD, financiadas pelo capital internacional, atuaram no sentido de fortalecer políticos conservadores contrariados com a dinâmica política em que o populismo deixou de ser uma forma de manipulação (articulação e consentimento), transformando-se em forma de participação (expressão de demandas). Para Dreifuss a conspiração e a conquista do Estado foram decorrentes dessa mudança. (DELGADO, 2010: 136)

Podemos observar dois problemas nessas afirmações: primeiro, em reduzir a atuação do IPES e do IBAD ao fortalecimento de políticos conservadores; embora isso possa certamente ser incluído dentre as atividades do IPES/IBAD, o fundamental que Dreifuss descreve é justamente o processo de ruptura das elites orgânicas organizadas naquele complexo com o regime político no qual atuavam os próprios partidos conservadores. Ou seja, as elites orgânicas se colocavam acima dos partidos, visando, como vimos, não apenas o governo, mas o Estado. Em segundo lugar, como já mencionamos, na perspectiva do autor, que segue as interpretações clássicas de Weffort e Ianni no que trata do populismo, este nunca foi somente “manipulação” ou “forma de participação”: as duas características conformam o bloco histórico/regime político populista estruturalmente.

O que parece evidente nestas críticas que atribuem a Dreifuss uma avaliação superdimensionada do IPES é a desconsideração de aspectos fundamentais de sua arquitetura conceitual, especialmente a caracterização de que a ação daquela elite de classe se dava num contexto de *crise orgânica*, a qual de nenhum modo pode se coadunar com a figuração de um cenário onde o IPES pudesse “controlar” o processo histórico.

³³ Muito embora tenha publicado na revista *Veja* (8 de julho de 1981: 82-86) uma extensa matéria quando da sua publicação, na qual Gaspari assinala que Dreifuss devassou “o arquivo da conspiração contra Goulart e mostra como os empresários tomaram o poder para mudá-lo e mantê-lo” (Idem: 82).

Como elemento constituinte daquela crise, Dreifuss observa a existência de um “ataque bifrontal” (DREIFUSS, 1981: 141) ao regime político populista, que é também resultado da crescente organização das classes subalternas, as quais, através das organizações ditas “paralelas” como o CGT, PUA e as Ligas Camponesas, aliadas ao executivo reformista de João Goulart, preconizavam as reformas de base. Foi necessária a organização empreendida pelo complexo IPES/IBAD para transformar o domínio econômico em domínio político; superar a fase econômico-corporativa pela fase ético-moral, para efetivamente haver a “conquista” do Estado. Se a análise *dreifusiana* considerou as mudanças operadas no mundo da produção, com a entrada no país do capital multinacional e associado, a conquista do Estado pelo bloco de poder ligado a este não constitui “um mero reflexo da supremacia econômica”, mas “um resultado de uma luta política empreendida pela vanguarda destes novos interesses” (Idem: 482). Deste modo, ao contrário do que afirmam seus críticos, Dreifuss não considerou o golpe inevitável, ou um desdobramento teleológico da conspiração do IPES, mas a resultante de um episódio da luta de classes num contexto nacional e internacional específico.

Destarte, é possível concluir que grande parte das críticas ao trabalho de Dreifuss decorrem de um notável desconhecimento do instrumental teórico manejado pelo autor, que, antes de mais nada, entende o conflito social como o nervo da política, e não como uma esfera reificada com uma lógica de funcionamento apartada da totalidade social, como é comum tanto da historiografia oitocentista *a la* Ranke (dos “grandes homens que fazem a história”), quanto da assim chamada “nova história política”. Seria necessário um espaço que não dispomos para desenvolver essa última questão, mas certamente é nessa chave que se inserem grande parte daqueles que hoje operam um revisionismo liberal do golpe de 1964 e da ditadura (Cf. MELO, 2014: 157-188).

3. Sobre conspirações e conspiracionismos

Por fim cabe algumas palavras a mais acerca da acusação mais frequentemente levantada pelos críticos da obra de Dreifuss, a ideia um tanto difusa de que sua interpretação para o golpe é “conspiracionista”. É um pouco desnecessário demonstrar para pesquisadores sérios que noções obscurantistas da História representam mistificações que servem para a difusão de ideologias que, no final das contas, revelam uma visão de mundo extremamente conservadora. A noção de uma História que se move pelas mãos de poucos indivíduos muito poderosos e secretamente organizados,

apenas reforça uma postura política conservadora, além de, evidentemente, não contribuir com a compreensão de como aqueles indivíduos ou grupos poderosos, *realmente existentes*, se organizam politicamente. A História, especialmente quando observada pelo prisma da luta de classes, é feita de contradição viva, de luta encarniçada, e dentro, é claro, de um quadro de possibilidades dado previamente, é marcada por mudanças e permanências absolutamente imprevisíveis – ainda que passíveis de excelentes conjecturas. Como vimos, as elites orgânicas tentam, obviamente, reduzir o imponderável ao mínimo possível.

Se, no entanto, a redução da História a teorias conspiracionistas é uma mistificação, também o são as noções que reduzem a política às ações oficiais e institucionais. É típica do liberalismo político a ideia de que a política é somente aquela que é aceita publicamente. Assim, por exemplo, não é considerado “política” o tipo de atuação das organizações que apostaram na luta armada, assim como a conspiração ipesiana que atuou de forma absolutamente decisiva para o desfecho do golpe de 1964 no Brasil. As conspirações realmente existentes, independentemente de sua eficácia, são muitas vezes descartadas das interpretações liberais da política. Portanto, tanto quanto uma noção conspiracionista, evidentemente anti-científica e obscurantista, a noção segundo a qual esta se compõe somente por aquilo que se faz “publicamente” é igualmente mistificadora. Nesse sentido, cremos que é redundante reafirmar que conspirações de diversos tipos, com diversos propósitos objetivos, com diversos graus de eficiência, fizeram e continuam fazendo parte da História.

Ora, diminuir a dimensão conspirativa do golpe de 1964 e do caráter especificamente *elaborador* do complexo coordenado pelo IPES não nos ajuda a entender por que o projeto implementado pelo governo Castello Branco seguiu a direção de uma modernização conservadora que beneficiou a fração mais internacionalizada do capital, e não, por exemplo, a direção de uma ditadura reacionária como na Grécia em 1967, ou de uma ditadura neoliberal como a do Chile em 1973 e da Argentina em 1976, ou mesmo de uma ditadura nacionalista como a do Peru de 1968. Não significa afirmar que os golpistas eram onipotentes e onipresentes, ou de atribuir a eles um poder cósmico quase que sobrenatural; trata-se de entender qual era o projeto sócio-político da coalizão que saiu *vitoriosa* e que conseguiu efetivamente implementá-lo (poderia não ter conseguido, mas como Dreifuss comprova, especialmente no capítulo 9 de *1964*, conseguiu).

Por fim, a perspectiva de Dreifuss nas obras aqui tratadas indica fundamentalmente que a luta de classes é um processo de lutas que não são travadas a esmo, e que, portanto, o comprometimento com um dos lados exige conhecimento das estratégias do outro. Nas palavras do autor,

Classes e grupos fazem uso, de acordo com suas possibilidades, de todos os recursos considerados eficientes a seu alcance, sejam eles a violência física e material, a riqueza monetária e humana, a quantidade multiplicada pela organização, o aproveitamento de espaços ideológicos. Tanto podem ser discursos e panfletos, dinheiro, artigos de imprensa ou imagens de televisão, passeatas e corrupção, quanto pressões individuais, interferência nas instituições, cassetetes policiais ou mobilizações militares. Essas armas de combate, no sentido mais amplo da imagem, empregadas aberta ou veladamente, combinadas ou isoladamente, no conflito de classes, costumam ser usadas no contexto de um esforço mais ou menos deliberado, que comporta planejamento e um plano de ação como parte de uma visão estratégica. (DREIFUSS, 1987: 23).

Considerações finais: a continuidade de uma agenda de pesquisa

Trinta e três anos após a publicação de *1964 – a conquista do Estado*, essa obra ainda se conserva como um ponto incontornável na historiografia acerca do golpe de 1964 no Brasil. Além de pesquisas já há muito consagradas como a da historiadora Heloísa Starling (1986), a obra permanece sendo lida e resenhada por jovens gerações³⁴ e muitas pesquisas originais, com temáticas diversas, vêm sendo produzidas com base nos estudos pioneiros de Dreifuss. Veja-se, por exemplo, a dissertação de mestrado de Martina Spohr, que estudou o projeto editorial do IPES (SPOHR 2010); a dissertação de mestrado em administração pública de Elaine Bortone sobre a relação entre o IPES e a reforma administrativa de 1967 (BORTONE 2013); a tese de Pedro Campos sobre a relação entre a ditadura e as grandes empreiteiras (CAMPOS 2012), a dissertação de Thiago Aguiar de Moraes sobre o IPESUL, ramificação sulista do IPES (MORAES 2012); os trabalhos de Hernán Ramirez sobre os institutos de estudos econômicos no Brasil e na Argentina (RAMÍREZ 2009); a dissertação de mestrado de Vicente Gil da Silva, sobre a Aliança para o Progresso (SILVA 2008), a dissertação de Fábio César Venturini sobre o setor metal-mecânico (VENTURINI 2008); a dissertação de Eduardo Gomes Silva sobre o IPES e a “rede democrática” (GOMES SILVA 2008); os trabalhos

³⁴ Veja-se por exemplo a detalhada resenha de Marcelo Salles em três partes publicada pelo jornal Fazendo Media em abril de 2007: <http://www.fazendomedia.com/novas/cultura090407.htm> e a resenha de Otavio Dulci de maio de 2013, a 10 anos da morte de Dreifuss http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/pensar/2013/05/11/noticia_pensar,142213/olhar-que-vem-do-sul.shtml.

de Luiz Artur Ferrareto sobre a indústria de radiodifusão gaúcha (FERRARETO 2007); a recente dissertação de mestrado de Ulisses Rubio Urbano da Silva sobre a posição dos industriais diante das políticas econômicas da ditadura (RUBIO 2014), entre muitas outras.³⁵

Procuramos contribuir, com este artigo, com uma reavaliação da forma como esta obra tem sido lida por parte da historiografia, de modo a construir um balanço crítico da contribuição de Dreifuss e das inúmeras possibilidades que ela ainda abre para futuras pesquisas.

Bibliografia

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARAN, P. & SWEEZY, P., *Monopoly capital*. Grã-Bretanha, Pelican Books, 1965.

BENEVIDES, Maria Vitória. 64, um golpe de classe? (sobre um livro de René Dreifuss). *Lua Nova*, São Paulo, v. 58, p. 255-261, 2003 [1981].

BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. *Arqueomarxismo*. São Paulo: Alameda, 2013.

BORTONE, Elaine. *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)*. Dissertação de Mestrado. Niterói/UFF, 2013.

BOTTOMORE, Tom. Elite. In. BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p.122-123.

CARCANHOLO, Reinaldo. *Capital: essência e aparência*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história, historiografia. *Tempo*, Niterói, n. 28, p.123-143, 2010.

DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*. Um ensaio de interpretação histórica. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

³⁵Impulsionado pelos movimentos e debates impulsionados pela criação da Comissão Nacional da Verdade, um grupo interdisciplinar de pesquisa, marcadamente dreifusiano, intitulado “Coletivo Mais Verdade” tem se reunido no Rio de Janeiro desde meados de 2013 para dar continuidade às investigações sobre a relação entre grandes grupos econômicos e a ditadura.

DREIFUSS, René Armand. *State, class, and organic elite: the formation of an entrepreneurial order in Brazil 1961-1965*. Glasgow: University of Glasgow Press (UK), May 1980. 2vol.

_____. *1964 – a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

_____. *A Internacional Capitalista*. Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

_____. Posfácio à MOARES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p.369-379.

_____. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. *Política, poder, Estado e força*. Uma leitura de Weber. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *A época da perplexidade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004.

_____. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. René Armand Dreifuss. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n.1, pp.195-197, 2003.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: Edufrj/EPJSV-Fiocruz, 2010.

GILL, Stephen. *American Hegemony and the Trilateral Commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GOMES SILVA, Eduardo. *A rede da democracia e o golpe de 1964*. Dissertação de mestrado. Niterói: 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 5v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOEVELER, Rejane C. Samuel Huntington e a distensão gradualista no Brasil (1972-1974). Comunicação apresentada ao *Colóquio Internacional Colapso das Ditaduras: Sul da Europa, América Latina, Leste Europeu e África do Sul – História e Memória*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, (mimeo).

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LE MOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Topoi*, Rio de Janeiro, pp. 287-313, dezembro 2002.

_____. A ditadura “civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica. In. *Blog Convergência*, Outubro/2012. Disponível em <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=239>.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MARTINS, Carlos Estavam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura, 1964-1969*. São Carlos (SP): Ed. UFSCar, 1996.

MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia. *Outubro*, São Paulo: Alameda, n.14, p. 111-130, 2006.

_____. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-64 e os desafios do tempo presente. In. *Espaço Plural*. Marechal Rondon (PR), nº 27, pp.39-53, 2012.

_____. O golpe de 1964 como uma ação de classe. In. *Memória, Verdade e Justiça* (revista do ISER), n.1, Janeiro/2013.

_____. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In. MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.157-188.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. Resposta a Nicos Poulantzas. In. BLACKBURN, Robin (org.). *Ideologia e ciência social*. Ensaios críticos sobre a teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.233-241.

_____. Poulantzas e o Estado capitalista. In. *Crítica Marxista*, São Paulo, nº 27, pp.93-104, 2008.

MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação de mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

MORAES, João Quartim de. “O efeito desmistificador de A conquista do Estado na análise das bases sociais da contra-revolução”. *E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos da Unicamp*. N. 01, jun/dez 2006.

PARKER, Philys. 1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. O problema do Estado capitalista. In. BLACKBURN, Robin (org.). *Ideologia na Ciência Social*. Ensaio crítico sobre a teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.219-233.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. In. *Crítica Marxista*, n.27, pp.105-127, 2008.

RAMÍREZ, Hernán. Empresários e política no Brasil: o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971. *Diálogos*, Maringá (PR), v.13, n.1, pp.209-240, 2009.

_____. Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In. FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.319-377.

RUBIO, Ulisses. De Campos-Bulhões a Delfim: posição dos industriais diante da política econômica. Dissertação de Mestrado. Unicamp: Instituto de Economia, 2014.

SWEEZY, P. *The theory of capitalist development*. London, P. Dobson Ltd., 1962.

SANTOS, Theotônio dos. The multinational corporation – cell of contemporary capitalism. *LARU*, Toronto, fev/1978.

SILVA, Vicente Gil. A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anti-comunista e instrumento de intervenção política (1961-1964). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SOUZA, Herbert de. The internalization of capital. *LARU*, Toronto, v. 2, n.2. fev/1978.

_____. *O capital transnacional e o Estado*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SPOHR, Martina. O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do golpe de 1964. *Confluenze*, Bolonha, Vol. 4, No. 2, p. 45-62, 2012.

_____. *Páginas golpistas: democracia e anti-comunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2010.

STARLING, Heloísa. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. “A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964”. In. *E-premissas*. Revista do Instituto de Estudos Estratégicos (Unicamp). Dossiê Dreifuss. Nº 01. junho/ dezembro – 2006.

VENTURINI, Fábio César. Estado, grande indústria e militares. As relações de poder no setor metal-mecânico no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2008.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Artigo recebido em 14/04/2014
Artigo aceito em 10/09/2014